



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FASE HABILITATÓRIA – ENVELOPE Nº 01

CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2019

OBJETO: Contratação de serviços especializados de consultoria para revisão do Plano Diretor Municipal.

RECORRENTES:

- **URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.689.532/0001-03, protocolo nº 167 do dia 22/05/2020;
- **MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME**, CNPJ nº 80.921.489/0001-73, protocolo nº 171 do dia 25/05/2020;
- **ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 19.338.878/0001-60, protocolo nº 172 do dia 25/05/2020;
- **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP**, CNPJ nº 79.980.413/0001-30, protocolo nº 174 do dia 25/05/2020;

I – DAS PRELIMINARES

As empresas acima denominadas como recorrentes, já qualificadas nos autos do processo licitatório na modalidade Concorrência nº 002/2020, através de seu Representante legal, devidamente constituído, interpõe RECURSO ADMINISTRATIVO diante do julgamento oferecido pela Comissão Permanente de Licitação na fase habilitatória – abertura de ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO.

O RECURSO foi recebido com efeito suspensivo pela Comissão Permanente de Licitação, eis que interposto tempestivamente e atendido o pressuposto de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

Foram intimados através de comunicado os demais participantes no certame para na forma do § 3º, do artigo 109, da Lei nº 8666/93, concedendo-se prazo legal, caso houvesse interesse, para impugnação, estando o processo a disposição no Departamento de Licitações do Município.

Apresentou contrarrazões aos recursos das recorrentes, as empresas ora RECORRIDAS, Empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.689.532/0001-03, Empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.610.553/0001-91 e Empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA, CNPJ nº 23.146.943/0001-22.

Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar o feito.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

II – SÍNTESE DAS RAZÕES DAS RECORRENTES

Em síntese, passa-se a descrever as RAZÕES DE RECURSO apresentados pelas recorrentes:

1. Recurso apresentado pela empresa **URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.689.532/0001-03, protocolo nº 167 do dia 22/05/2020 em face do julgamento de habilitação da empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.610.553/0001-91:

URBTEC	URBTEC
Plano Diretor	Plano Diretor
<p>EXMO. SR. D.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DR. PATRIK ALVES MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR</p> <p>REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020 REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p>	<p>6. Portanto é tempestivo, o presente recurso o qual deve ser acatado e processado e analisado por esta V. Comissão de Licitação</p> <p>III. DO EFEITO SUSPENSIVO</p> <p>7. Cabe trazer a sua colação o que expressamente estabelece o parágrafo segundo do art. 64 da Lei de Estatual nº15.608/2007:</p> <p>(...) § 2º. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, fundada em razões de interesse público devidamente motivadas, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos." (Grifos nossos)</p> <p>8. Diante do exposto, serve o presente para requerer que estas MD Autoridades Administrativas suspendam o processamento do certame até o julgamento do presente Recurso</p> <p>IV. DOS FATOS</p> <p>9. O objeto da Concorrência Pública nº02/2020 conforme estabelecido no Edital é a "REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTENDA"</p> <p>10. Por prestar serviço compatível com o objeto da licitação, a RECORRENTE acudiu ao chamamento público e resolveu participar da Concorrência Pública</p> <p>11. Conforme estabeleceu o Edital foi realizado o recebimento das propostas e a abertura da Documentação de Licitação em 18 de maio de 2020</p> <p>12. Nesta ocasião os representantes das empresas presentes, rubricaram as propostas envelopes</p> <p>13. Os documentos de Habilitação foram submetidos a esta Comissão de Licitação que proferiu o julgamento pela habilitação, além da ora petionária URBTEC TM, das empresas VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA, MAPIRIZ TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES, ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA e pela habilitação das empresas, TESE ARQUITETURA A L CULTURA LTDA e ALTO URUGUAY ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES</p> <p>14. Ocorre que quando da análise da documentação de Qualificação Econômica e Financeira para fins de Habilitação, a Ilma Comissão Técnica cometeu equívocos relacionados ao Balanço Patrimonial apresentado pela empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA (ECOTENICA)</p>
<p>URBTEC TM, Engenharia, Planejamento e Consultoria (URBTEC™), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.689.532/0001-03 com sede na Av. João Gualberto, 1.721, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, vem, muito respeitosamente, a presença de Vossa Excelência apresentar, com fundamento no item 18 do Edital e art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, apresenta</p> <p>RECURSO ADMINISTRATIVO</p> <p>Relativo ao julgamento da Documentação de Habilitação em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir articulados</p> <p>I. RESSALVA PRÉVIA</p> <p>1. Inicialmente, a Recorrente reafirma o respeito que dedica a esta Digna Comissão de Licitação e a todos os profissionais da Comissão de análise técnica</p> <p>2. Esclarece que a presente manifestação tem estrita vinculação à interpretação objetiva dos termos do instrumento convocatório e da lei. Destina-se apenas à preservação do direito da Recorrente à legalidade do certame</p> <p>3. As eventuais discordâncias deduzidas no presente recurso fundamentam-se no entendimento sobre a interpretação das normas legais e editalícias, eventualmente diversos do que foi aplicado no caso concreto</p> <p>II. DA TEMPESTIVIDADE</p> <p>4. Conforme o previsto no art. 109, I, alínea "b" da Lei de Licitações, o prazo para interposição do Recurso é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da lavratura da ata ou da intimação do ato</p> <p>5. A RECORRENTE tomou conhecimento do resultado final do julgamento dos Documentos de Habilitação do certame durante a sessão de abertura realizada no dia 18/05/2020, cuja ata foi publicada em 19/05/2020</p> <p>URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP</p>	<p>URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP</p> <p>URBTEC</p> <p>Plano Diretor</p> <p>15. É o que se passará a demonstrar conforme as razões de recurso a seguir</p> <p>IV. DAS RAZÕES DE RECURSO - DO MÉRITO</p> <p>IV.1. DO BALANÇO INCOMPLETO APRESENTADO PELA ECOTÉCNICA</p> <p>16. Cabe trazer a colação desta MD Comissão o que estabelece o Edital no que concerne as demonstrações contábeis para fins de Qualificação Técnica e Habilitação</p> <p>10.2.4.2. Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados) já exigíveis. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e do encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade</p> <p>17. Segundo o art. 31, inciso I da Lei de Licitação, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado "na forma da lei"</p> <p>"I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta"</p> <p>18. A expressão "na forma da Lei" tem por base, o disposto no Art. 31, inciso I, da Lei Geral de Licitações 8.666/93, significa que o balanço deve observar o cumprimento de todas as formalidades que TODA a legislação aplicável exige</p> <p>19. O Balanço apresentado pela ECOTÉCNICA veio desacompanhado do SPED e dos Termos de Abertura e Encerramento emitidos pela escrituração fiscal digital. Portanto incompleto, ensejando a inabilitação da referida empresa</p> <p>20. O Sistema Público de Escrituração Digital – Sped foi instituído pelo Decreto nº 0.022/2007. Nos termos do art. 2º do Decreto referido, o Sped "é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações"</p> <p>21. O Sped-Contábil, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFR nº 787/2007, substitui a escrituração em papel pela escrituração contábil digital (ECD) dos seguintes livros:</p> <p>"A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros: I – Livro Diário e seus auxiliares, se houver; II – Livro Razão e seus auxiliares, se houver; III – Livro Balancetes Diários, Balancetes e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos."</p> <p>22. Para tanto, o Sped-Contábil deverá apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008</p> <p>"Art. 10. Os Termos de Abertura e de Encerramento serão datados e assinados pelo empresário, administrador ou sociedade empresária ou procurador e por contabilista legalmente habilitado, com indicação do número de sua inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e dos nomes completos dos signatários e das respectivas funções (art. 7º, Decreto nº 64.567/69), consoante o parágrafo primeiro deste artigo.</p> <p>[...] § 5º. Em se tratando de livro digital, esse deve ser assinado por contabilista legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária, conforme LECD, com certificado digital de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), antes de ser submetido a autenticação pelas Juntas Comerciais." (grifamos)</p> <p>23. Diante do exposto, tem-se que a regulamentação do Sped-Contábil prevê uma forma específica para registro dos livros digitais, a qual deverá ser levada em consideração pela Administração Pública quando da análise dos documentos contábeis das licitantes. A ECOTENICA não apresentou os livros digitais</p> <p>24. Isso não quer dizer que pelo fato de o registro dos livros contábeis ser efetivado, nesses casos, em âmbito digital, a Administração Pública não dispense os licitantes de apresentar a comprovação de registro. Até porque as</p>



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

URBTEC

Representante
Legal
(Assinatura)

documentos encaminhados digitalmente podem, perfeitamente, ser impressos e encaminhados no envelope de documentos de habilitação.

25. Aliás, constam no termo de autenticação dos livros contábeis os seguintes dados:

- 1) O número do termo de autenticação;
- 2) A identificação da empresa ou sociedade;
- 3) A identificação do livro digital autenticado;
- 4) A identificação dos signatários da escrituração, composta pelo nome, qualificação, número do CPF, número de série do certificado e validade.

26. Assim, os licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar, em termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva, devidamente acompanhado da impressão dos livros entregues digitalmente.

27. O Balanço da ECOTECNICA veio desacompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, diante disso, é fundamental reconhecer que as regras do Edital devem ser cumpridas pela Administração em sua totalidade, pois são as normas norteadoras do instrumento convocatório e que fazem lei entre as partes.

28. Nesse sentido, dispõe o artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/1993: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

29. Em comentário a previsão do referido artigo 41, o doutrinador Marçal Justen Filho destaca:

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto aquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação na aceção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos (Comentários a lei de licitações e contratos administrativos 13ª ed São Paulo: Dialética, 2009, p. 543) (grifado).

30. Nesse sentido, a inabilitação da ECOTECNICA, é medida que se impõe em virtude da não apresentação de documento exigido no instrumento convocatório, em cumprimento às regras editalícias e em respeito aos princípios que as norteiam.

31. Em situação semelhante, é o entendimento dos Tribunais:

URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP

URBTEC

Representante
Legal
(Assinatura)

habilitado (TJSC, Agravo de Instrumento nº 2009.010556-5, de Itapira, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 19/01/2010) (grifado).

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - LICITAÇÃO - MODALIDADE CONCORRÊNCIA - INABILITAÇÃO - NÃO ATENDIMENTO DE ITEM DO EDITAL (TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL) - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - EXIGÊNCIA PREVISTA INCLUSIVE NA LEI 8.666/93 - ALEGAÇÃO DE RIGORISMO EXCESSIVO - INOCORRÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Edital da licitação foi expresso ao exigir o balanço patrimonial com seus termos de abertura e fechamento quando do momento da abertura do envelope relativo à documentação de habilitação, o que não foi observado pela empresa apelante, o que viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A Lei de licitações (Lei nº 8.666/93) exige referidos documentos no seu art. 31, inciso I. A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômica financeira da licitante, não se tratando de rigorismo excessivo (TJPR, AC 3492326 PR 0349232-6, Relator: Luiz Matheus de Lima, Data de Julgamento: 31/10/2008, 5ª Câmara Cível) (grifado).

33. Dessa forma, habilitar a ECOTECNICA sem apresentar documento em consonância com o que prevê o Edital, está-se-lhe admitindo tratamento não isonômico aos licitantes, posto que todas as demais devem apresentar seus documentos em acordo com o exigido.

34. Não há de se questionar o cumprimento das regras estabelecidas no edital, pois este é o dever supremo da Administração Pública, nem tão pouco invocar a possibilidade de correção de falhas através da realização de diligência, amparando-se no disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, visto que cabe a cada licitante cumprir as exigências editalícias e submeter-se aos efeitos de eventual descumprimento. Qualquer solução distinta opõe-se ao princípio da isonomia.

35. Diante do exposto, tendo em vista a análise dos documentos anexados aos autos em estrita observância aos termos da Lei nº 8.666/93 e visando os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, deve ser revogada a decisão desta MD Comissão e ser determinada a INABILITAÇÃO da ECOTECNICA, pelo descumprimento dos requisitos de qualificação econômico financeira constantes no Edital.

VII. DO PEDIDO

36. Diante do todo exposto requer-se a V. Exma. que se digne conhecer o presente recurso e, no mérito, dar-lhe provimento.

URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP

URBTEC

Representante
Legal
(Assinatura)

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO PREÇO - DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL CORREIA INABILITAÇÃO APELAÇÃO DESPROVIDA 1. O presente feito cinge-se sobre legalidade da inabilitação da Apelante no processo licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 05/2012, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA/RJ, devido a não apresentação dos Termos de Abertura e de Encerramento de Balanço Patrimonial da empresa registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro, conforme prescrevia o edital do certame. 2. De fato, não houve qualquer requerimento reconhecido, em sua peça recursal, que não apresentou os Termos de Abertura e Fechamento do balanço patrimonial requeridos pelo edital. Ademais, incabível a alegação de que a supracitada exigência é ilegal e desarrazoada, pois encontra respaldo na Resolução nº 1.330/11, do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre o assunto. 3. Por fim, vale ressaltar que a Apelante não impugnou o instrumento convocatório, em momento oportuno, conforme estabelece o artigo 41, da Lei nº 8.666/93, aceitando as regras ali impostas, não cabendo a contestação das normas editalícias após o início da licitação, sob pena de ofensa ao Princípio da Vinculação ao Edital, que deve ser respeitado por todos os participantes, por ser lei entre as partes. 4. Apelação desprovida. (TRF 2 - AC 201251010436947, Relator: Desembargadora Federal Maria Amélia Senos de Carvalho, Data de Julgamento: 20/08/2014, 08ª Turma Especializada, Data de Publicação: 29/08/2014) (grifado).

32. E, no mesmo sentido

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO - APRESENTAÇÃO DO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE CONTIDA NO EDITAL - DESCUMPRIMENTO - EMPRESA CONSIDERADA INABILITADA - LIMINAR DENEGADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. É certo que nas licitações deve-se evitar rigorismos inúteis e formalidades ou documentos desnecessários a qualificação dos interessados. Nesta toada, a exibição do termo de abertura e encerramento do livro diário não representa mero formalismo da comissão licitante, pois configura ele documento hábil a conferir autenticidade ao balanço patrimonial apresentado pelo interessado. Ademais, tratando-se de exigência expressamente contida no instrumento convocatório, vige o princípio da vinculação ao edital, devendo o licitante observá-lo para que possa ser regularmente

URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP

URBTEC

Representante
Legal
(Assinatura)

para determinar a INABILITAÇÃO da empresa ECOTECNICA por ser medida da mais lúida JUSTIÇA.

37. Não reformada a decisão em juízo de reconsideração-retratação, requer seja este remetido para a Autoridade Superior para que o recurso seja recebido e ao final provido.

38. A Recorrente pronuncia e informa que a manutenção da habilitação e classificação da ECOTECNICA poderá conduzir a uma contratação destoante dos princípios licitatórios mais fundamentais (ampla competitividade, vantajosidade e economicidade).

Nestes Termos,
Pode e espera deferimento.

LUCIANE LERIA TANIGUCHI
OAB/PR 25.852
Representante Legal

URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

2. Recurso apresentado pela empresa **MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME**, CNPJ nº 80.921.489/0001-73, protocolo nº 171 do dia 25/05/2020 em face do julgamento de habilitação da empresa **LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 23.146.943/0001-22:

MAPTRIZ

Maptriz - 002/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Contenda - Estado do Paraná

Concorrência nº 02/2020

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.921.489/0001-73, com sede na Avenida Independência, nº 12 – sala 401, no cidade de Londrina-PR, CEP 86020-080, por sua representante legalmente habilitada, Marina Machado dos Reis, arquiteta e urbanista (portador da cédula de identidade RG nº 9.437.457-0, SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.751.144-74, com habilitação profissional no local acima referido, vem, com o devido acato e respeito, à presença de Vossa Senhoria, apresentar recurso administrativo contra a decisão do Presidente da CPL quanto a habilitação da empresa **Lider Engenharia e Gestão de Cidades**, tendo em vista os fundamentos a seguir articulados:

1. Na sessão pública realizada sob a presidência do Sr. Patrik Alves, habilitou as seguintes empresas:

EMPRESA MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA ME (CNPJ nº 80.921.489/0001-73)

VINÍCIUS RICARDO – ARQUITETURA, PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA – ME (CNPJ nº 12.146.943/0001-22)

URBTEC IM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (CNPJ nº 02.885.522/0001-02)

MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME (CNPJ nº 80.921.489/0001-73) – HABILITADA

ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA – ME (CNPJ nº 08.921.489/0001-73) – HABILITADA

LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA (CNPJ nº 23.146.943/0001-22) – HABILITADA

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

MAPTRIZ

Após a análise desta Respeitável Comissão de Licitação, esta não profere nenhuma consideração a respeito da documentação contida no Envelope 01 – Habilitação, da empresa **LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA – ME**.

Diante disso, a petionária aponta o seguinte vício presente:

A empresa **LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA ME** apresentou a Nota Explicativa constante do balanço patrimonial apresentado sem a assinatura do representante legal, em desacordo com o edital.

O edital em questão exige das licitantes que as demonstrações contábeis deverão estar assinadas pelo representante legal da empresa ou seu Contabilista, conforme se extra do instrumento convocatório:

10.2.4.2 Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados, já exigível). O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento de Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário

Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Vejam o documento apresentado pela empresa questionada.

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ

Ainda que, o houvesse um responsável presente no serviço de licitação este não poderia assinar o documento pois o que foi apresentado é uma cópia autenticada, conforme consta nos autos.

Com todo o respeito à Comissão, entendemos que a Nota Explicativa apresentada sem a assinatura do Administrador e/ou responsável legal é um documento inválido e deve ser desconsiderado, devendo resultar na revisão da habilitação da empresa LIDEX, considerando as seguintes observações:

Art. 3º A litigação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da economia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será promovida e julgada em estrita conformidade com os princípios, bairros da legalidade, da imparcialidade, da importância, da qualidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode desobedecer as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.

Nos centros vai estar a lição da Maria Sylvia

Zarrella De Pierro⁵[illegible]

© 2003 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics*, 28, 131–136

Adaptive Circuitry, Inc. Technology (ACI)

Send us any comments you like
Page 1/1

Page 23

7-12-55 MAPTRIZ

REQUERIMIENTOS

Diante dos fundamentos expostos, requer
digne-se Vossa Senhoria em acolher o presente recurso e, no mérito, dar provimento, a fim
de reformar a decisão que substituiu a Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades
LTDA e tornou a manifestação por descumprimento do exigido no subitem 10.2.4.2 do edital,
ao apresentar a Nota Explicativa sem a Assinatura do Responsável Legal e/ou
administrador. É que se requer

New, late, late early,

Pace e esportazione del cemento

De Londrina para Contenda em
25 de maio de 2020

($\text{CH}_3\text{NH}_3^+\text{ClO}_4$) ($\text{CH}_3\text{NH}_3^+\text{Al}(\text{SO}_3)_2$)

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME
CNPJ nº 30.921.489/0001-73

Martin, C. Comp. Cogn. Sci. 1992, 1: 28-36.

Page: 7/7

2002 22

15 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	MAPTRIZ
---	---------

Follow-up

Sedire in terra, assevera Jesus durante l'omelia.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. Isso evita, finalmente, qualquer arbitrariedade que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à publicidade administrativa.

Verdade é Administração e aos litigantes e o descumprimento das regras de conciliação, deixando de comparecer a que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do litigante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do estatuto¹⁰. (ênfase acrescida).

² (ARZA/10) e (10) José de Santos, Miguel de Dineo, Adriano de Melo, 34 volúmenes, 1912, p. 264.

Matriz Consultoria e Tecnologia LTDA ME

$$f(x) = \frac{1}{2} \log_2 \frac{1+x}{1-x} = \frac{1}{2} \log_2 (1+x) - \frac{1}{2} \log_2 (1-x)$$
 $\gamma_{\text{max}} = 1.5^\circ$

PROTOCOLLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Cersig. Verifique as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BCF-0849-B732> ou vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código abaixo para validar este documento e validá-lo.

Código para verificação: E5CF-0849-88EB-B732



Hash do Documento

20AC727DCC92BB75763807DC485796068F5D2357DA1-4AD55B5A88A6FB998F160

O(s) nome(s) indicador(es) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/05/2020 e/sua(s)

✓ Marina Machado De Rezende (Signatário) - 045 253 149-74 em

Tipo: Certificado Digital



6



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

4. Recurso apresentado pela empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP**, CNPJ nº 79.980.413/0001-30, protocolo nº 174 do dia 25/05/2020, protocolo nº 172 do dia 25/05/2020 quanto a sua Inabilitação no certame:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PATRIK ALVES, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA

LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2020



A empresa **TESE TECNOLOGIA, ARQUITETURA E CULTURA** (CNPJ nº 79.980.413/0001-30, com endereço na Rua México, 1196, Jardim Social, Curitiba, PR, CEP 81220-190, por sua Diretora e responsável legal **Mima Luiza Cortopassi Lobo** (CPF 015.626.236-91, domicílio na Rua Belém, 94, aplo 141, Cabral Curitiba, PR, CEP 80.035-170, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, ante a decisão da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, comunicada à licitante recorrente aos 18 dias do mês de maio de 2020, que **inabilitou a empresa ora recorrente**, com fulcro no art. 109-§4 da Lei 8.666/93, INTERIOR.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com o objetivo de reformar a decisão que inabilitou a licitante recorrente, o que se faz por meio do recurso administrativo (art. 109-§4 da Lei 8.666/93), dentro de 18 dias do Edital de Concorrência (002/2020) e dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias, admitida a reconsideração por parte desta Comissão de Licitação, na forma do art. 109-§4 da Lei 8.666/93, o que desde logo se requer.

ESCOPO DO RECURSO

II. DA INABILITAÇÃO

A LICITANTE, ora RECORRENTE, foi inabilitada para o certame de licitação em epígrafe, conforme decisão proferida na Reunião de Recebimento dos Envelopes, realizada em 18 de maio de 2020, na qual a Comissão de Licitação assim se pronunciou:

Empresas inabilitadas por não atender as exigências do Instrumento Convocatório (edital), pelos motivos descritos, são:

Rua México, 1196 - CEP 81220-190 - Jardim Social - Curitiba - PR
Tel.: (41) 3024-9633 - Cel.: (41) 99811-3031 - www.tesebrasil.com.br

Portanto, a certidão emitida pela empresa licitante **mantém sua validade no dia seguinte ao término do prazo, uma vez que o termo se deu em um domingo**.

A mesma interpretação decorre do art. 132-§1º do C. Civil:

Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional, em contrário, computam-se os prazos, excluindo o dia do começo, e incluindo o do vencimento.

§ 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considera-se o prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

Assim sendo, vigente a certidão por 60 (sessenta) dias, a validade dela será prorrogada até o primeiro dia útil subsequente ao do termo final da vigência, quando este cair em um dia não útil, ou em dia em que não haja expediente no órgão licitante.

Caso Vossas Excelências entendam que a contagem deve ser retroativa, a contar da data do certame licitatório, dia 18 de maio de 2020, a conclusão não será diferente.

Atual, nos termos do art. 110 parágrafo único da Lei 8.666/93 e também do art. 224 § 3º, a contagem regressiva do prazo **só terá início no primeiro dia útil que anteceder ao termo a quo**, ou seja, o dia 15 de maio de 2020, primeiro dia útil antes do dia 18 de maio de 2020.

A partir do dia 15 de maio de 2020, este dia inclusive, contam-se 60 (sessenta) dias para trás, chegando-se ao dia **17 de março de 2020** como data limite para a emissão da certidão, para que tenha validade até o dia 18 de maio de 2020. Assim sendo, emitida a certidão pela licitante recorrente em 18 de março de 2020, conforme relatório da Comissão de Licitação, o documento **ostenta validade para fins de habilitação da empresa no dia 18 de maio de 2020**.

Pelas razões expostas, requer-se atribuído ao presente recurso o efeito suspensivo que decorre da previsão legal, bem como seja **reconsiderada** a decisão da Comissão de Licitação, para declarar **HABILITADA** a empresa recorrente, ou, sucessivamente, seja o feito remetido à autoridade superior para que seja reformada a decisão da Comissão de Licitação e declarar **HABILITADA** a empresa recorrente.

Curitiba, 22 de maio de 2020

Mima Luiza Cortopassi Lobo
CPF: 015.626.236-91
Diretora/Responsável Legal

Rua México, 1196 - CEP 81220-190 - Jardim Social - Curitiba - PR
Tel.: (41) 3024-9633 - Cel.: (41) 99811-3031 - www.tesebrasil.com.br

Empresa **TESE TECNOLOGIA, ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP** foi declarada inabilitada por não atender as exigências do Instrumento Convocatório (edital), por apresentar a "Certidão negativa de falência" solicitada no item 10.2.4.3 do edital emitida no dia 18/03/2020, com 60 (sessenta e um) dias no data de recebimento dos envelopes, estando assim fora do prazo de validade constante do item 9.2 do edital que dispõe: "Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias da data limite para o recebimento das propostas (art. 110)". Assim, foi inabilitada a empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP** (art. 110).

Assim, está colocado o único fundamento jurídico que embasa a inabilitação da empresa ora recorrente. Contudo, o entendimento da Comissão de Licitação merece ser reconsiderado ou, caso não seja possível o entendimento dos ditos membros da Comissão, reformado pela autoridade superior.

DAS RAZÕES RECURSAIS

2º DA INDEVIDA INABILITAÇÃO

A empresa recorrente foi inabilitada em razão do alegado vício da Certidão negativa de falência, emitida em 18 de março de 2020, e que tem a validade estipulada, nos termos do item 9.2 do edital, por 60 (sessenta) dias.

Assim, pelo cálculo de 60 (sessenta) dias, o termo final da validade da referida certidão seria o dia **17 de maio de 2020**, uma vez que o mês de março tem 31 (trinta e um) dias.

Ocorre que o dia 17 de maio de 2020 foi um domingo, razão pela qual a data final da validade **deve ser prorrogada** para o dia útil subsequente, ou, dia 18 de maio de 2020, tornando válida a referida certidão.

E o que se extrai do art. 110 par. único da Lei 8.666/93:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. **Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.**

Rua México, 1196 - CEP 81220-190 - Jardim Social - Curitiba - PR
Tel.: (41) 3024-9633 - Cel.: (41) 99811-3031 - www.tesebrasil.com.br



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

III - DAS CONTRARRAZÕES

A empresa **RECORRIDA URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.689.532/0001-03 apresentou contrarrazões aos recursos protocolos sob. nºs 184 e 185, no dia 28/05/2020 quanto o recurso apresentado pela empresa **ALTO URUGUAI - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA** e a empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA - EPP** conforme segue:

1. Contrarrazão protocolo nº 184 de 28/05/2020:

URBTEC	URBTEC
Proprietário Empresário Responsável	Proprietário Empresário Responsável
<p>EXMO. SR. D.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DR. PATRIK ALVES MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR</p> <p>REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020 REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL</p> <p>URBTEC TM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.689.532/0001-03, com sede na Rua João Gualberto nº1721 - Juvevê - Curitiba - Paraná, doravante, apenas URBTEC/RECORRIDA, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, através de sua representante legal, com fulcro no artigo 109 da Lei 8666/93 e seguintes e no Edital de Licitação, apresentar</p> <p>CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO</p> <p>apresentado por ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA, já qualificada no processo de licitação, doravante denominada ALTO URUGUAI/RECORRENTE, na Tomada de Preços em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir articulados:</p> <p>I. DA TEMPESTIVIDADE</p> <p>1. A Recorrência nos termos do previsto no item 18 do Edital foi intimada para apresentação de Contrarrazões ao Recurso apresentado pela ALTO URUGUAI, no intermédio de 05 (cinco) dias úteis, e conforme o consignado na própria intimação tem seu termo final em 02/06/2020.</p> <p>2. Portanto tempestivas as Contrarrazões ora apresentadas.</p> <p>II. DO ESCOPO FÁTICO</p> <p>3. O objeto da Tomada de Preços nº002/2020 é a "Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para a elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Contenda".</p> <p>4. Por prestar serviço compatível com o objeto da licitação, a URBTEC TM acatou ao chamamento público e resolveu participar do Certame.</p> <p>III. DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE HABILITAÇÃO</p> <p>5. A abertura da licitação se deu em 18/05/2020, os documentos de habilitação foram submetidos a esta Comissão que declarou a RECORRIDA URBTEC habilitada atendendo todas as exigências do Edital.</p> <p>6. A ALTO URUGUAI foi corretamente INABILITADA por esta Comissão por não apresentar as Declarações relativas ao Coordenador e aos demais membros da Equipe Técnica com "firma reconhecida" e também assinadas pelo representante legal da Empresa conforme estabelecem os itens 10.2.3.4 Declaração de Compromisso de Participação do(a) Coordenador(a) (ANEXO N° 12), 10.2.3.5 Declaração de Compromisso de Participação dos Profissionais Designados, exceto Coordenador(a) (ANEXO N° 13) do Edital.</p> <p>7. O representante da empresa ou pessoa por ela credenciada não estava presente na sessão e, portanto, não havia como sanar o vício mediante a assinatura nas referidas Declarações. Os documentos também não vieram com "firma reconhecida" conforme exigido pelo Edital e item devidamente cumprido pelos demais licitantes habilitados.</p> <p>8. Apresenta Recurso ao argumento de que a ausência de reconhecimento de firma é mero erro formal, que não a realizou em virtude da pandemia da COVID19. Não menciona em sua peça o fato de "sequer o representante legal da empresa firmou tal documento" como exige o Edital.</p> <p>9. Com a devida vênia o Recurso apresentado pela ALTO URUGUAI, manifesta seu inconformismo por não ter sido diligente e atender as condições estabelecidas no Edital, tem fins meramente protelatórios, já que esta Comissão não tem como descumprir o Edital a que está vinculada, e conforme o disposto na legislação federal, devendo ser mantida a INABILITAÇÃO da ALTO URUGUAI, por ser da mais lidima JUSTIÇA, como se demonstrará a seguir.</p> <p>10. Cabe inicialmente trazer a colação o que estabelece o Edital quanto aos documentos a serem apresentados para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das PROPONENTES e sua HABILITAÇÃO:</p> <p>"10.2.3.4 Declaração de Compromisso de Participação do(a) Coordenador(a) (ANEXO N° 12); 10.2.3.5 Declaração de Compromisso de Participação dos Profissionais Designados, exceto Coordenador(a) (ANEXO N° 13)."</p> <p>11. Os Anexos 12 e 13 eram expressos que além da assinatura dos profissionais da Equipe Técnica o "representante legal da empresa deveria firmar o documento" e que a assinatura dos profissionais deveria ter firma reconhecida.</p> <p>ANEXO 12:</p> <p>(nome, nº do RG e assinatura do(a) responsável legal pela proponente)</p> <p>(nome, nº do RG, CAU nº e assinatura do(a) coordenador(a))</p> <p>OBS: A assinatura do(a) coordenador(a) deverá ter firma reconhecida.</p> <p>ANEXO 13:</p> <p>(nome, nº do RG e assinatura do(a) responsável legal pela proponente)</p> <p>(nome, RG nº, Carteira do Conselho de Classe nº) e assinatura do(a) profissional</p> <p>OBS. 1: A assinatura do(a) profissional deverá ter firma reconhecida. OBS. 2: Cada profissional da equipe técnica da proponente deverá apresentar uma declaração."</p> <p>12. A ALTO URUGUAI conforme verificado por esta Comissão de Licitação NÃO apresentou as Declarações conforme estabelecido no Edital.</p> <p>13. A alegação que em virtude da triste situação ocasionada pela COVID19 não conseguiu realizar os reconhecimento de firma dos profissionais, não merece acolhida, ao passo os cartões desde o primeiro Decreto de isolamento (Decreto Nº 10.282/2020 que regulamentou os serviços essenciais no Brasil) foram considerados como "serviços essenciais" e pedido do Ministério da Justiça. Portanto, embora com horários reduzidos, o tomando precauções sanitárias disponíveis os Cartões, assim como farmácias, supermercados, etc, permaneceram aberto em todo o país. Tanto que todas as demais licitantes apresentaram as Declarações exigidas nos itens 10.2.3.4 e 10.2.3.5 com o reconhecimento de firma dos profissionais.</p> <p>14. Além do mais em momento algum a RECORRENTE justificou a ausência de assinatura do próprio representante legal da ALTO URUGUAI nos referidos documentos.</p> <p>15. As Declarações não foram apresentadas na forma exigida no Edital, portanto, deve ser mantida a correta desclassificação da empresa na forma da Lei e do que determina o soberano Edital. De mais a mais todas as outras 5 (cinco) empresas habilitadas foram diligentes e apresentaram as respectivas Declarações, firmadas por seus representantes legais e com reconhecimento de firma dos profissionais.</p> <p>III. AUSÊNCIA DE ASSINATURA EM DOCUMENTO DE LICITAÇÃO</p> <p>16. O Código Civil estabelece que:</p> <p>"Art. 219. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários".</p> <p>"Art. 220. A ausência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento".</p> <p>17. A ausência de assinatura pelo representante da ALTO URUGUAI torna as Declarações Apócrifas em relação a esta RECORRENTE, o seja não permite aferir sua legitimidade. A falta de assinatura torna o documento apócrifo, sem condições de atestar sua autenticidade, pois, a ausência da assinatura de uma desnuda o documento da necessária e imprescindível formalidade legal exigida no Edital.</p> <p>18. O não cumprimento da exigência prevista expressamente no edital e amparada em norma legal (Lei 8.666/93, art. 31, I), enseja a desclassificação da empresa licitante. A Licitante teve o momento oportuno para apresentar corretamente sua documentação e não fez.</p> <p>19. Conforme se extrai da regra inserida no parágrafo único do art. 4º da Lei 8.666/93, a licitação é regida pelo "Princípio do Procedimento</p>	



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

URBTEC

Procedimento
Licitação
Tombado

URBTEC

Procedimento
Licitação
Tombado

Formal". Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito, mas, também, do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere.

20. Ora para cumprir o que estabelecia o Edital a RECORRENTE deveria ter apresentado as Declarações firmadas pelo representante legal da empresa. Ela não o fez, portanto apresentou as declarações em desconformidade com o estabelecido no ato convocatório e descumprir as regras do Edital.

IV. AUSÊNCIA DE FIRMA RECONHECIDA DOS PROFISSIONAIS

21. O Edital era expresso no sentido de que a assinatura dos profissionais deveria ter firma reconhecida, assim determinou porque a prática "infelizmente" demonstra que muitas empresas nem ao menos informam aos profissionais que estarão utilizando seu currículo e sua documentação nos certames e acabam indicando os mesmos profissionais que já estavam em outras Equipes.

22. Por este motivo é que todos os Editais do PARANACIDADE possuem tal exigência.

23. Assim a ALTO URUGUAI descumpru o estabelecido no Edital, além de não apresentar o documento com a assinatura de seu representante legal, também não apresentou com a assinatura do profissional com o reconhecimento de firma e foi corretamente desclassificada, devendo ser mantida a decisão desta MD Comissão de Licitação.

V. DO DIREITO

24. O edital e lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio da origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório. Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as concorrentes - sublecionistas do interior ter do certame. C. art. 41 da Lei de Licitações, é claro. "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

25. A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, a documentação, as propostas ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato. Não apresentado o documento firmado pelo representante da empresa, não há cumprimento do Edital.

26. Nesse sentido, hialino lógico, o descumprimento de condição editalícia legal, mesmo ocorrendo, via de regra, por descuido ou engano do licitante faltoso, por si já está a indicar a falta de qualificativos do mesmo a pretendida contratação.

27. O indispensável tratamento isonômico dos concorrentes repele a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando o julgamento coloca lado a lado o Licitante cumpridor das regras e outro descumpridor das regras - sobressai, então, o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento - e nessa condição, ILEGAL.

25. Ademais, a concorrência licitatória, tem sentido amplo, de tal sorte que a capacitação (ou não) do licitante a assunção do objeto, também se revela em detalhes procedimentais e documentais.

26. Não há que se falar em impedimento de acesso a Cartórios e tentar de forma descabida justificar com a COVID19 (triste situação que aflição mata pessoas), utilizando-se da PANDEMIA para justificar seus erros e ausência de cuidado com sua documentação, ora os documentos não vieram nem assinados pelo representante da empresa, sendo no mínimo displicente a RECORRENTE.

27. Sendo assim, ao não apresentar as Declarações firmadas pelo representante legal e também com firma reconhecida dos profissionais a Licitante ALTO URUGUAI não cumpriu as condições estabelecidas no Edital, portanto deve ser mantida sua INABILITAÇÃO como feito corretamente por esta MD Comissão, nos termos do Edital e da Lei de Licitações.

IV. CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, requer o recebimento das presentes Contrarrazões, nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, para o fim de manter o Julgamento feito por esta Ilma. Comissão para que o Recurso da Recorrente ALTO URUGUAI seja improvido sendo mantida sua INABILITAÇÃO por ser da mais lúdima JUSTIÇA!

Nestes Termos
Pede deferimento

Curitiba, 27 de maio de 2020

LUCIANE LEHR TANIGUCHI
OAB/PR 25.852
Representante Legal e Advogada

2. Contrarrazão protocolo nº 185 de 28/05/2020:

URBTEC

Procedimento
Licitação
Tombado

URBTEC

Procedimento
Licitação
Tombado

EXMO. SR. D.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DR. PATRIK ALVES
MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Protocolo nº 185 de 28/05/2020
Recurso nº 185 de 28/05/2020
Recurso nº 185 de 28/05/2020
Recurso nº 185 de 28/05/2020

URBTEC TM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.689.532/0001-03, com sede na Rua João Gualberto nº1721, Juvevê, Curitiba, Paraná, doravante apenas URBTEC/RECORRENTE, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, através de sua representante legal, com fulcro no artigo 109 da Lei 8666/93 e seguintes e no Edital de Licitação, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

apresentado por TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA já qualificada no processo de licitação doravante e denominada TESE/RECORRENTE, na Tomada de Preços em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir articulados

I. DA TEMPESTIVIDADE

1. A Recorrida nos termos do previsto no item 18 do Edital foi intimada para apresentação de Contrarrazões ao Recurso apresentado pela TESE no interregno de 05 (cinco) dias úteis, e conforme o consignado na própria intimação tem seu termo final em 02/06/2021.

2. Portanto tempestivas as Contrarrazões ora apresentadas.

II. DO ESCOPO FÁTICO

3. O objeto da Tomada de Preços nº02/2020 é a "Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados de

consultoria para a elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Contenda"

4. Por prestar serviço compatível com o objeto da licitação, a URBTEC TM acudiu ao chamamento público e resolveu participar do Certame.

5. A abertura da Licitação se deu em 18/05/2020, os documentos de habilitação foram submetidos a esta Comissão que declarou a RECORRIDA URBTEC habilitada atendendo todas as exigências do Edital.

6. A TESE foi corretamente INABILITADA por esta Comissão por apresentar Certidão Negativa de Falência e Concordatas e Recuperação Judicial em desconformidade com o estabelecido no item 9.2 do Edital. Não existia a possibilidade de consulta da validade do documento via internet.

7. Apresenta Recurso ao argumento de que o suposto "vencimento da certidão" seria no "domingo" e por tal fato o documento deveria ter sido aceito pela Comissão de Licitação. Invoca o dispositivo do Código de Processo Civil relativo a contagem de "prazos judiciais" que não possuem qualquer pertinência.

8. Com a devida vênia o Recurso apresentado pela TESE, manifesta seu inconformismo por não ter sido diligente e atender as Condições estabelecidas no Edital, tem fins meramente protelatórios, já que esta Comissão não tem como descumprir o Edital a que está vinculada, e conforme o disposto na legislação federal, devendo ser mantida a INABILITAÇÃO da TESE, por ser da mais lúdima JUSTIÇA, como se demonstrará a seguir.

III. DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9. Cabe inicialmente trazer à colação o que estabelece o Edital quanto ao prazo dos documentos para os requisitos de HABILITAÇÃO

9.2 Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias da data limite para o recebimento das propostas, exceto para o documento referente aos subitem 10.2.1.1 e 10.2.1.2.

10. A TESE conforme verificado por esta Comissão de Licitação apresentou o único documento exigido no item 10.2.4.3 do Edital para fins



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

URBTEC

Planejamento
Engenharia
Consultoria

URBTEC

Planejamento
Engenharia
Consultoria

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA e HABILITAÇÃO – 11.10 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou na sede da firma individual, com prazo de validade vencido e em desconformidade com o item 9.2 do Edital.

11. Divergente do que afirma a TESE, em seu descabido recurso, a Certidão apresentada **NAO POSSUI PRAZO DE VALIDADE**, portanto na forma estabelecida pelo item 9.2 somente seria aceita se emitida com data não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data assinalada para a realização do certame, ou seja 18/05/2020. A Certidão apresentada pela TESE foi emitida em 17/03/2020, portanto na forma estabelecida no Edital tinha seu vencimento em 17/05/2020, ou seja um dia antes da abertura do Certame.

12. O documento apresentado está fora do prazo de validade estabelecido no Edital portanto, deve ser mantida a correta desclassificação da empresa na forma da Lei e do que determina o soberano Edital. De mais a mais todas as outras 5 (cinco) empresas habilitadas foram diligentes e apresentaram as respectivas Certidões dentro do prazo legal.

III. CERTIDÃO APRESENTADA FORA DO PRAZO DE VALIDADE

13. Urge ressaltar que, quando não há estipulação de prazo de vigência em determinados documentos exigidos para a fase de habilitação em procedimentos de contratações públicas, é o Edital que deve apontá-lo. Portanto, em regra, é o instrumento convocatório que deve definir a vigência dos documentos que não apresentam prazos de validade e o Edital estabeleceu o referido prazo 60 dias.

14. O não cumprimento da exigência prevista expressamente no edital e amparada em norma legal (Lei 8.666/93, art. 31, I), enseja a desclassificação da empresa licitante.

15. A Licitante teve o momento oportuno para apresentar corretamente sua documentação e não fez.

16. Conforme se extrai da regra inserida no parágrafo único do art. 4º da Lei 8.666/93, a licitação é regida pelo "Princípio do Procedimento Formal". Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições

legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito, mas, também, do regulamento do edital ou convite, que complementa as normas superiores tendo em vista a licitação a que se refere.

17. Ora, para cumprir o que precedia a Licitante RECORRIDA, deveria ter apresentado a Certidão exigida no item 10.2.4.3 com a emissão mínima realizada em 18/03/2020. Ela não o fez, portanto apresentou um documento exigido fora do prazo de validade conforme o estabelecido no ato convocatório e descumpriu as regras do Edital.

18. O Edital e lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão, cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio da origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório. Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame. O art. 41 da Lei de Licitações é claro: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

19. A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vinculam-se ao contrato. Não apresentado o documento, não há cumprimento do Edital.

20. Nesse sentido, hialógico, o descumprimento de condição editalícia-legal, mesmo ocorrendo, via de regra, por descuido ou engano do licitante faltoso, per si, já está a indicar a falta de qualificativos do mesmo à pretendida contratação.

21. O indispensável tratamento isonômico dos concorrentes repete a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando o julgamento coloca lado a lado o Licitante cumpridor das regras e outro descumpridor das regras - sobressaí então o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento - e nessa condição, ILEGAL.

22. Ademais, a concorrência licitatória, tem sentido amplo, de tal sorte que a capacitação (ou não) do licitante à assunção do objeto também se revela em detalhes procedimentais e documentais.

23. Não há que se falar no caso na contagem do prazo em dias úteis, tal apontamento é no mínimo infundado, a Certidão de Falências estava vencida e foi correta a INABILITAÇÃO da licitante TESE.

URBTEC

Planejamento
Engenharia
Consultoria

24. Sendo assim, ao não apresentar a Certidão dentro do prazo de validade, a Licitante TESE não cumpriu as condições estabelecidas no Edital, portanto deve ser mantida sua INABILITAÇÃO como feito corretamente por esta MD Comissão, nos termos do item 9.2 e da Lei de Licitações.

IV. CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, requer o recebimento das presentes Contrarrrazões, nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, para o fim de manter o Julgamento feito por esta Ilma. Comissão para que o Recurso da Recorrente TESE seja improvido sendo mantida sua INABILITAÇÃO por ser da mais lúdima JUSTIÇA!

Nestes Termos
Pede deferimento

Curitiba, 27 de Maio de 2020

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
OAB/PR 25.852

✓ Representante Legal e Advogada

A empresa RECORRIDA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.610.553/0001-91 protocolou sob. nº 187, no dia 29/05/2020, contrarrrazões ao recurso apresentado pela empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, conforme segue:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

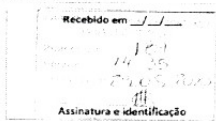


Secretaria Municipal de Administração
Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda/PR
Fone: (41) 3333-1234 - E-mail: contenda@contenda.pr.gov.br



Secretaria Municipal de Administração
Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda/PR
Fone: (41) 3333-1234 - E-mail: contenda@contenda.pr.gov.br

RECURSO DE CONTRARRAZÃO



I. Identificação completa: Razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal:
Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda, CNPJ 02.610.553/0001-91, End. Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317 - bairro São Braz, CEP: 92.300-330, Curitiba-PR, Representante legal: Sandra Mayumi Nakamura, RG 1.449.396-4, CPF 030.228.409-52

II. Órgão/entidade e setor licitante:

Prefeitura de Contenda/PR

III. Modalidade/numero de ordem

IV. Proc. Administrativo nº:

Concorrência nº 002/2020

254/2019

V. Finalidade da licitação/objeto:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

VI. Dispositivo(s) ou ato(s) questionado(s):

Contratações do recurso apresentado pela empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda

VII. Razões da impugnação/recurso:

Anexas

Contenda, 29 de maio de 2020.

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 02.610.553/0001-91
SANDRA MAYUMI NAKAMURA



Secretaria Municipal de Administração
Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda/PR
Fone: (41) 3333-1234 - E-mail: contenda@contenda.pr.gov.br

1.1 Balanço apresentado pela ECOTÉCNICA desacompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento

O Balanço Patrimonial anual apresentado no processo licitatório está completo, com todas as demonstrações contábeis de resultados, devidamente assinado pelo contador e o representante legal da empresa, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial do Paraná, conforme seguem os itens apresentados junto com o Balanço e suas respectivas peças, e ainda, na sequência, o Balanço Patrimonial apresentado no processo licitatório.

- ✓ Termo de abertura (folha 1)
- ✓ Balanço Patrimonial (folha 116 e 117)
- ✓ Demonstração de Resultado do exercício (folha 118)
- ✓ Demais Demonstrações (folhas 119 a 123)
- ✓ Notas explicativas (folhas 124 e 125)
- ✓ Análise Econômica Financeira (folha 126)
- ✓ Termo de encerramento (folha 133)

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE CONTENDA DR. PATRIK ALVES

REF. CONCORRÊNCIA Nº 002/2020
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

RECURSO DE CONTRARRAZÃO

1 - CONDIÇÕES INICIAIS

Ilustre Presidente e comissão de licitação da Prefeitura de Contenda

O respeitável julgamento das contrarráções interposto recai neste momento para sua responsabilidade, e qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na isenção, na isonomia e na imparcialidade ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstramos nossa Direção Liquidatária e em cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo licitatório.

Restamos que somente pretendemos ter a oportunidade de demonstrar que os apontamentos feitos pela URBTEC nos indigna e que na medida do possível, responderemos com respeito e serenidade. Sem acusações ou ameaças, pois nosso interesse principal neste processo é a oportunidade de trabalhar com o município e sua população, além de possibilitar os diversos profissionais ligados a ECOTÉCNICA a viabilizar o trabalho.

I - DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo à convocação dessa instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a requerente deve participar com outras lances, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada.

A contrarrázoante faz constar em seu pleno direito as Contrarráções ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

A contrarrázoante solicita que o Ilustre Presidente e esta Dósta Comissão de Licitação da Prefeitura de Contenda, conheça o RECURSO e anule todos os fatos apontados, tomando para si responsabilidade do julgamento.

1. DO APONTAMENTO DO BALANÇO INCOMPLETO APRESENTADO PELA ECOTÉCNICA - ITEM IV.1 DO RECURSO DA EMPRESA URBTEC

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.

A empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar CONTRARRAZÕES do recurso administrativo que a empresa URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria Ltda. apresentou.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

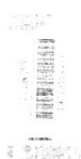
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Educação
Rua da Liberdade, 100
CEP: 81.200-000 - Contenda, PR



Secretaria Municipal de Educação
Rua da Liberdade, 100
CEP: 81.200-000 - Contenda, PR



Secretaria Municipal de Educação
Rua da Liberdade, 100
CEP: 81.200-000 - Contenda, PR



Secretaria Municipal de Educação
Rua da Liberdade, 100
CEP: 81.200-000 - Contenda, PR

[Handwritten signature and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Contenda, 15 de Novembro de 2017.
O Sr. Prefeito Municipal, Sr. ...



Contenda, 15 de Novembro de 2017.
O Sr. Prefeito Municipal, Sr. ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...



Contenda, 15 de Novembro de 2017.
O Sr. Prefeito Municipal, Sr. ...



Contenda, 15 de Novembro de 2017.
O Sr. Prefeito Municipal, Sr. ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

Assunto: ...

001

001



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br



Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

1.2 Balanço apresentado pela ECOTÉCNICA desacompanhado do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

A Instrução Normativa RFB nº 1774/2017 que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) e as pessoas jurídicas que são obrigadas de sua apresentação, e inclusive nos termos do art. 1º apresentando a não obrigatoriedade no § 1º.

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:
I - as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 11 de dezembro de 2006;

Diante do exposto, tem-se que a empresa ECOTÉCNICA é optante pelo Simples Nacional e está desobrigada a apresentar a ECD, conforme consulta realizada na Receita Federal / Simples Nacional, que se segue:



Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br



Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Deixa a cargo da ECOTÉCNICA CONSULTORIA

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Contenda - Paraná
CEP: 81.600-000
Fone: (41) 3333-1111
E-mail: contato@contenda.pr.gov.br

00

0

Deixa a cargo da ECOTÉCNICA CONSULTORIA LTDA apresentar todos os documentos determinados em edital, em especial neste momento as exigências da fase de habilitação que foi objeto de análise e aprovação, o que por último se concretizou com a declaração de empresa habilitada pela Comissão Permanente de Licitação.

Diante do exposto, tendo em vista que a contrarrazante atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, requer-se, que seja indeferido o pedido da recorrente no que tange a desclassificação da contrarrazante, sendo que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou diploma editalício.

Termos em que, pede deferimento.

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 02.610.553/0001-91
SANDRA MAYUMI NAKAMURA

0

60



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

A empresa RECORRIDA LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA, CNPJ nº 23.146.943/0001-22 protocolou sob. nº 189, no dia 29/05/2020, contrarrazões ao recurso apresentado pela empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, conforme segue:

PREFETURA MUNICIPAL DE CONTENDA - PE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF. CR. Nº 02/2020 – Objeto: Contratação de empresa para realizar a elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda - PD.

A empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.146.943/0001-22, com sede na Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, por seu representante legal, assinou, ven, temporariamente, com fulcro na alínea "a" do inciso I da Lei nº 8666/93, a presença de V. Sacerdotia, a fim de apresentar:

CONTRARRAZÕES

Contra recurso apresentado pela empresa MAPTHIZ face a empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES.

I – TEMPESTIVIDADE

Conforme anunciado publicado em 26/05/2020, com contagem inicial no prazo no dia 27/05/2020, as contrarrazões não compareceram tempestivas até o dia 02/06/2020.

II – DOS FATOS SUBJACENTES

Acordou ao chamamento dessa Instrução para o rito de julgamento suscitado, a recorrente veio dele participar com a mais exata observância das evidências existentes.

Diante da consideração apresentada em recurso,

legitimou

Imagem Digital Código: 92720953029178036-4
29/05/2020 16:12:11
Tipo de Assinatura: 02
Data Total Normal: 02/06/2020

Certidão Averbada Bantos
O Presidente do Conselho Municipal de Contenda, em 02/06/2020, por meio de Resolução nº 001/2020, aprovou a contratação da empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda - PD.

Imagem Digital Código: 92720953029178036-4
29/05/2020 16:12:11
Tipo de Assinatura: 02
Data Total Normal: 02/06/2020

Certidão Averbada Bantos
O Presidente do Conselho Municipal de Contenda, em 02/06/2020, por meio de Resolução nº 001/2020, aprovou a contratação da empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda - PD.

5. 1ª A apresentação dos livros contábeis digitais, sem comprovação, por meio de entrega em meio físico, pelo **Sped**.
5. 2ª A apresentação, por meio de entrega em meio físico, da documentação de que trata o item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
Foi-me necessário atentar que esta diligência, feita para as empresas que não apresentaram os livros contábeis digitais, não se aplica ao caso em questão, pois a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
Portanto, não há necessidade de apresentação dos livros contábeis digitais, pois a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).

Quanto ao item 10.2.4.2, que trata da apresentação dos livros contábeis digitais, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).

Portanto, assim manifestado, no intuito de passar maior credibilidade, a recorrente apresentou as notas explicativas de acordo com as instruções do Conselho de Contabilidade. Assim, toquem as instruções do Conselho de Contabilidade.

5. 3ª No item 10.2.4.2, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em meio físico, a empresa recorrente já apresentou as notas explicativas de acordo com as instruções do Conselho de Contabilidade, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 4ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 5ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 6ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 7ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 8ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 9ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).
5. 10ª No item 10.2.4.2, a empresa recorrente já apresentou os livros contábeis digitais, conforme mencionado no item 10.2.4.2 da qualificação, até o dia 02 de junho de 2020, às 16h, no endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 112, Sala 05, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP: 14015-100, sob o protocolo nº 189, de referência (a).

Portanto, todos os documentos apresentados no recurso a qualificação econômica financeira devem ser considerados válidos e legais.

Imagem Digital Código: 92720953029178036-4
29/05/2020 16:12:11
Tipo de Assinatura: 02
Data Total Normal: 02/06/2020

Certidão Averbada Bantos
O Presidente do Conselho Municipal de Contenda, em 02/06/2020, por meio de Resolução nº 001/2020, aprovou a contratação da empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda - PD.

Imagem Digital Código: 92720953029178036-4
29/05/2020 16:12:11
Tipo de Assinatura: 02
Data Total Normal: 02/06/2020

Certidão Averbada Bantos
O Presidente do Conselho Municipal de Contenda, em 02/06/2020, por meio de Resolução nº 001/2020, aprovou a contratação da empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Contenda - PD.

al) "A empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades LTDA ME apresentou nota explicativa contendo o Balanço Patrimonial com a assinatura do representante legal."
b) "É possível constatar que ocorreu o profissional notificado e quem assinou a Nota Explicativa o que tem o exigido no item 10.2.4.2 da qualificação."
Vejamos agora o item na íntegra apontado pela empresa

Muito:

10.2.4.2 Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resumo), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário.

Diante dos expostos, a Empresa Lider Engenharia e Gestão de Cidades aliena a esta digna Comissão de Licitação que **apresentou todos os documentos de acordo com o exigido no Edital**.

Quanto ao item a) tal apontamento não deve prosperar.

As verificações da documentação enviada pela recorrente, é de fácil percepção que a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis devem ser consideradas válidas de acordo com o decreto, sendo, portanto, o decreto atado.

Art. 1º O Decreto nº 1.820, de 30 de janeiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 79-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Licitação (SPL). **Sped** de que trata o Decreto nº 5.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de documentação contábil digital.

Vale dizer que a autoridade responsável pela condução do certame deveria se ater exclusivamente aos pontos essenciais de validade, seja da proposta comercial, seja dos itens requeridos para a habilitação, justamente com o desiderato de se evitar que formalismos desnecessários prejudicem as fins perseguidas pela Administração. Ou seja, requer, sobretudo, razoabilidade e proporcionalidade nas decisões.

Agr com razoabilidade e proporcionalidade significa que a autoridade responsável pela condução do certame deve ter sempre em vista, de um lado, atender ao interesse público e, de outro, à finalidade específica.

Na definição de Sérgio Fagundes "a finalidade é o resultado prático que se procura alcançar com o emprego da lei e procedimentos adequados, ou seja, o desdobramento de um procedimento legislativo deve sempre cumprir em fins específicos e determinados, evitando, sempre que possível, formalidades desnecessárias e onerosas e o emprego de excessos.

Marco Pozzagini Filho, em sua obra "Princípios Constitucionais Reguladores da Administração Pública", leciona que:

"A aplicação desses princípios razoabilidade e proporcionalidade significa examinar, por um lado, os fatos concretos que ensejam a conduta da Administração Pública, ostentando motivos razoáveis e, por outro lado, se a medida simplesmente é, além de pertinente, adequada e suficiente para o atendimento efetivo ao fim público (resultado prático de interesse da sociedade) necessária e exigível para alcançar a proporcional ao benefício e ônus para a coletividade".

Carlos Pinto Coelho Motta, em sua obra "Gestão Final e Resolutiva nas Licitações", ensina que:

"Não se trata de formalismo, mas sim de uma exigência essencial, a falta que não leva em consideração a existência da proposta, a



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

III - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO

Inicialmente cabe mencionar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório submete-se tanto a Administração Pública, bem como aos interessados na licitação, à observância dos termos e condições do edital, assim, a condução da sessão pública e julgamento final ocorreu em conformidade com disposto no Edital e em observância ao artigo 41, da lei 8666/93, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Desta forma, ponderando o princípio da vinculação do instrumento convocatório *versus* o princípio do formalismo moderado, aplicando-se a ponderação de que não ocorram violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar os recursos apresentados.

1. DO RECURSO MANEJADO POR INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Do recurso apresentado pela empresa **URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.689.532/0001-03 quanto o Balanço Patrimonial apresentado pela empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, **não merece prosperar.**

Denota-se que a recorrida cumpriu com as exigências do instrumento convocatório (edital) quanto ao solicitado no item 10.2.4.2, referente a apresentação do Balanço Patrimonial. Assim dispõe o Edital quanto o tema:

10.2.4.2 *Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.*

Podemos ver no Balanço Patrimonial apresentado pela empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, contempla as exigências do item acima mencionado, pertencentes ao edital de Concorrência 002/2020, conforme passamos a destacar no documento apresentado pela proponente, a seguir:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Formulário com campos para preenchimento de dados, incluindo espaços para assinaturas e rubricas, e uma seção para a apresentação do Balanço Patrimonial.

Portanto, verifica-se que a empresa proponente atendeu as exigências do item 10.2.4.2, do instrumento convocatório, referente a apresentação do Balanço Patrimonial apresentado e aqui reproduzido.

2. DO RECURSO MANEJADO POR MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME

a) Do recurso apresentado pela empresa **MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME**, CNPJ nº 80.921.489/0001-73 quanto à habilitação apresentada pela empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA, CNPJ nº 23.146.943/0001-22, **merece prosperar.**

Alega a recorrente que a empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA-ME, **apresentou a Nota Explicativa** constante do balanço patrimonial apresentado sem a assinatura do representante legal, em desacordo com o disposto no instrumento convocatório item 10.2.4.2, no que se refere neste **não constar a assinatura do representante legal da empresa.**

No que tange o disposto no item 10.2.4.2 do edital, assim consta:

*10.2.4.2 Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, **devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa,** deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de*



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade. (grifei)

Da documentação apresentada pela recorrida, verifica-se apresentação do balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultado via autenticação Sistema Público de Escrituração Digital – SPED datado em 15/04/2020. No entanto, acompanha Nota Explicativa (referente a empresa quanto às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019), apenas com assinatura do contabilista registrado no CRC SP-278042/0-1 (JOÃO LEONARDO ROBERTO), estando ausente de assinatura do representante legal, como se observa:

* 000283

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE À EMPRESA: LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA - ME - CNPJ: 23.146.943/0001-22.

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1-CONTEXTO OPERACIONAL
A empresa foi constituída em 2015, seu Capital Social é de R\$200.000,00, representado por 200.000 quotas de igual valor nominal, em moeda corrente no país, tendo por objeto social: serviços de engenharia, consultoria em tecnologia da informação, atividade de consultoria em gestão empresarial, serviços de arquitetura, serviços de topografia, topografia e geodésia e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

2-RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contabeilizadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.402/76 e Lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/05), pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - Pronunciamento Técnico RMC Contabilidade para Empresas e Meias Empresas - e por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e Bancos
Referem-se aos saldos e saldos mantidos em caixa e conta bancária correntes.

b) Receitas e despesas duplicatas e recibos de clientes
Reconhecidas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e segregados entre direitos realizáveis de curto prazo, de acordo com o prazo de vencimento desses créditos.

c) Impostos e taxas
Reconhecidas no balanço de liquidação no valor atribuído.

d) Obrigações tributárias
Referem-se a saldos a pagar de todos os tributos federais e municipais.

e) Obrigações trabalhistas
Referem-se a saldos a pagar de todos encargos sociais.

f) Outras obrigações
Referem-se a saldos a pagar de outros não listados anteriormente.

g) Patrimônio líquido

Contas:	
Capital Social	R\$ 200.000,00
Reserva acumulada	R\$ 143.780,07
Reserva de distribuição	R\$ 573.099,64
Reserva de expansão	R\$ 700.423,86
Patrimônio líquido	R\$ 491.108,89

João Leonardo Roberto
CRC - SP-278042/0-1
Contador

Autenticação Digital
O documento foi autenticado digitalmente pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em 15/04/2020 às 15:43:43.
Cód. Autenticação: 82544570451-0001-1 Data: 04/04/2020 15:43:43
Assinatura: [Assinatura Digital]

Desta forma, em homenagem a vinculação do instrumento convocatório, tem-se que a Nota Explicativa que acompanha as demonstrações contábeis encontra-se em desconformidade com o estabelecido no item 10.2.4.2, no que diz respeito a ausência de assinatura do representante legal da empresa, o que enseja a INABILITAÇÃO da empresa LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA, CNPJ nº 23.146.943/0001-22.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

3. DO RECURSO MANEJADO POR ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA

Do recurso apresentado pela empresa **ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 19.338.878/0001-60 referente a sua inabilitação na sessão realizada no dia 18/05/2020 por não atender as exigências do edital pelos motivos constante na Ata da Sessão, **não merece prosperar, o qual passamos a explicar.**

Em análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação, constatou que as declarações solicitadas no item 10.2.3.4 e item 10.2.3.5 foram apresentados sem reconhecimento de Firma das assinaturas dos profissionais e também sem assinatura do responsável legal da empresa.

Como registrado em ata de sessão de julgamento, a Comissão Permanente de Licitação procedeu com a aplicação do disposto no item 9.4¹ para que fosse saneada a ausência de assinatura pelo representante da empresa.

No entanto, o representante da empresa não se encontrava durante os atos da sessão para proceder com o saneamento, não sendo possível da irregularidade ser suprida durante o julgamento do certame.

Podemos ver que os anexos 12 e 13 descritos nos itens 10.2.3.4 e 10.2.3.5 do edital, solicitam de forma clara a apresentação das declarações, conforme segue:

ANEXO N.º 12

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A)

(inserir local), de de 201

A Comissão Permanente de Licitação:
Ref. Concorrência nº 201 - Município de

Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no subitem 6.2.11 do Edital e o constante no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº 11), caso a proponente **(inserir o nome da proponente)** seja vencedora da licitação em epígrafe que coordenarei a execução dos serviços objeto da mesma.

Declaro ainda, que até a presente data estou coordenando a execução revisão de (inserir número de Planos) Planos Diretores Municipais - PDMs e que caso a proponente **(inserir o nome da proponente)** seja vencedora da licitação em epígrafe me comprometo a exercer a atividade de coordenação da execução revisão de apenas mais 02 (dois) Planos Diretores Municipais, renunciando a coordenação dos PDM(s) excedente(s).

(nome, nº do RG e assinatura do(a) responsável legal pela proponente)

(nome, nº do RG, CAU nº e assinatura do(a) coordenador(a))

OBS: A assinatura do(a) coordenador(a) deverá ter firma reconhecida

¹ 9.4. A ausência de assinatura, em algum documento apresentado pelas empresas poderá ser saneada se o(a) representante legal estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO N.º 13

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a)

(inserir local), de de 201

À Comissão Permanente de Licitações

Ref. Concorrência nº /201 - Município de

Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no subitem "10.2.3.5" do Edital e o constante no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo n.º 11), caso a proponente (inserir o nome da proponente) seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contrato de trabalho com dedicação exclusiva

(nome, nº do RG e assinatura do(a) responsável legal pela proponente)

(nome, RG nº, Carteira do Conselho de Classe nº) e assinatura do(a) profissional

OBS. 1: A assinatura do(a) profissional deverá ter firma reconhecida.

OBS. 2: Cada profissional da equipe técnica da proponente deverá apresentar uma declaração

Desta forma, o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação possui fundamento ao contido no item 13.2 do edital, para manter **INABILITADA** a empresa **ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 19.338.878/0001-60, *in verbis*:

"13.2 Será inabilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital, desde que a informação que nele deveria estar contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em sítio oficial."

4. DO RECURSO MANEJADO POR TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP

Do recurso apresentado pela empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP**, CNPJ nº 79.980.413/0001-30 referente a sua inabilitação na sessão realizada no dia 18/05/2020 por não atender as exigências do edital pelos motivos constante na Ata da Sessão, **não merece prosperar, o qual passamos a explicar.**

MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Em análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação a recorrente não atendendo a exigência do item 9.2 do edital adiante descrito, <u>mantendo assim a empresa inabilitada:</u>	
---	--

“9.2 Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias da data limite para o recebimento das propostas, exceto para o documento referente aos subitens “10.2.1.1.” e “10.2.1.2.”

A “Certidão negativa de Falência” solicitada no item 10.2.4.3 do edital apresentada pela empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP** foi emitida no dia 18/03/2020, com 61 (sessenta e um) dias na data de recebimento dos envelopes, **estando com 61 dias na data da abertura da licitação (ocorrida em 18/05/2020)**, fora do prazo previsto de validade contida no item 9.2 do edital:

[illegible]

Nesse diapasão, o quantitativo de dias que reflete a certidão acima mencionada, encontra-se em desconformidade com o disciplinado no edital, qual reza que será aceito a data da emissão da certidão não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame.

Desta forma, o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação possui fundamento ao contido no item 13.2 do edital, *in verbis*:

“13.2 Será inabilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital, desde que a informação que nele deveria estar



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em sítio oficial."

V – DECISÃO DE JULGAMENTO RECURSAL

Diante da análise de julgamento em fase recursal, a Comissão Permanente de Licitação conhece dos recursos interpostos, para no mérito:

- a) **Manter** a decisão que declara **HABILITADA** em sessão de julgamento da fase de habilitação (abertura do ENVELOPE Nº 01 – HABITAÇÃO), visto que observados todos os requisitos do edital pela seguinte empresa:
- a.1) Empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 02.610.553/0001-91.
- b) **Manter** a decisão que declarou **INABILITADA** em sessão de julgamento da fase de habilitação (abertura do ENVELOPE Nº 01 – HABITAÇÃO), as seguintes empresas:
- b.1) Empresa **ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 19.338.878/0001-60.
- b.2) Empresa **TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP**, CNPJ nº 79.980.413/0001-30.
- c) **INABILITAR, em sede recursal,** a Empresa **LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA**, CNPJ nº 23.146.943/0001-22, visto o descumprimento do contido no item 10.2.4.2, no que se refere a ausência de assinatura do representante legal da empresa em Nota Explicativa de Demonstrações Contábeis.

A Comissão Permanente de Licitação remete este julgamento, bem como, todo o processo licitatório à autoridade do Excelentíssimo Senhor Prefeito para ratificação ou retificação da decisão, para após, a proceder com a publicação e ao comunicado da decisão final a todos os participantes, bem como, realizar a convocação para sessão pública para abertura do ENVELOPE nº 02 – DA PROPOSTA TÉCNICA das empresas Habilitadas.

Contenda, 18 de agosto de 2020.


PATRIK ALVES

Presidente da Comissão Permanente de
Licitações


HELENA GAWLAK

Membro da Comissão Permanente de
Licitações


ODETE PAVLIK

Membro da Comissão Permanente de
Licitações


LARRY HUGO SANCHES

Membro da Comissão Permanente de
Licitações